



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1.441, DE 2004

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, inciso IV, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações sobre o valor das aplicações feitas pelas empresas Copel, Sanepar e Itaipu Binacional e suas respectivas fundações no Banco Santos.

Justificação

Tendo em vista a recente intervenção do Banco Central no Banco Santos e a suspensão temporária dos resgates de fundos de investimentos que eram administrados pelo segundo, determinada pela Comissão de Valores Mobiliários, considero fundamental que esta Casa possa conhecer o valor das aplicações das empresas citadas, ora indisponíveis, em decorrência de seu possível impacto para a situação financeira dessas empresas e, eventualmente, para o próprio Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2004.
– Senador **Alvaro Dias**.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 50. Lei agrícola a ser promulgada no prazo de um ano disporá, nos termos da Constituição, sobre os objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário.

Art. 51. Serão revistos pelo Congresso Nacional, por meio de comissão mista, nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área su-

perior a três mil hectares, realizadas no período de 10 de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

§ 1º No tocante às vendas, a revisão será feita com base exclusivamente no critério de legalidade da operação.

§ 2º No caso de concessões e doações, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência do interesse público.

SUBSEÇÃO II

Dos Requerimentos de Informações (Const., art. 50, § 2º)

Art. 215. São escritos os requerimentos não referidos no art. 214 e dependem de votação por maioria simples, presente a maioria da composição do Senado, salvo os abaixo especificados:

I – de pendentes de decisão da Mesa:

a) de informação a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República (Const., art. 50, § 2º); (*)

b) de licença (arts 13 e 43);(**)

II – de pendentes de despacho do Presidente:

a) de publicação de informações oficiais no Diário do Senado Federal,

b) de esclarecimentos sobre atos da administração interna do Senado;

c) de retirada de indicação ou requerimento;

d) de reconstituição de proposição;

III – de pendentes de votação com a presença, no mínimo, de um décimo da composição do Senado:

(*) Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994

(*) Resolução nº 37/95

- a) (Revogado)
- b) de prorrogação do tempo da sessão;
- c) de homenagem de pesar, inclusive levantamento da sessão;

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na hora do expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

IV – se deferidos, serão solicitadas, à autoridade competente, as informações requeridas, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer. Se indeferido, irá ao arquivo, feita comunicação ao Plenário;

V – as informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

§ 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro

de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no ad. 50, § 2º, da Constituição.

§ 2º Aplicam-se, no que couber, as disposições do parágrafo anterior ao caso de fornecimento de informações falsas.

Art. 217. O requerimento de remessa de documentos equipara-se ao de pedido de informações.

(À Mesa para Decisão)

O SR PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, na forma do disposto no art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Encontra-se na Casa o Sr. João Thomé Verçosa Mestrinho de Medeiros Raposo, primeiro suplente convocado da representação do Estado do Amazonas, em virtude de licença do titular, Senador Gilberto Mestrinho.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o original do diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o diploma encaminhado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 218, da Lei 4.737, de 15 julho de 1965, expede o DIPLOMA de

1º Suplente de Senador da República Pelo Estado do Amazonas
ao Sr. João Carneiro de Medeiros Frazão
eleito por esta Circunscrição e registrado pela Seção da Justiça Eleitoral
PT/SP/PE/PR/RS/RN/PA/RR/MS/MT/GO/DF/ES/CE/PI/AL/SE/AM/PA/PR/MS/MT/GO/DF/ES/CE/PI/AL/SE/AM com 405.131
votos nominais apurados nas eleições de 04.10.98
conforme consta da Sessão do mesmo Tribunal, realizada
em 04.12.98

Manaus, 04 de Dezembro 1998

Amador Amador C. Pinheiro
PRESIDENTE